MEIOS DE COMUNICAÇÃO, SEGURANÇA NACIONAL E A DEFESA DA "MORAL E BONS COSTUMES": - UMA ANALISE DE ESCRITOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (1964-1985)

Ana Rita Fonteles Duarte[1]

Resumo

Este artigo pretende discutir, a partir de textos escritos por alunos da Escola Superior de Guerra, principal centro formador de lideranças para o regime ditatorial, estabelecido no Brasil, pós-1964, em seus cursos destinados a civis e militares, aspectos referentes à gestação de uma censura adequada ao Brasil, num momento em que os meios de comunicação de massa se expandem, atingindo novos públicos e faixas etárias. Analisa-se a forma pela qual essa censura é pensada, tendo em vista a preocupação com a moral e defesa do que seriam os "bons costumes", dentro de um projeto marcado pela ideia de segurança nacional.

Palavras-chave: meios de comunicação; censura; moral; ditadura civil-militar

Abstract

This article intends to discuss, from texts written by students of the Escola Suprior de Guerra, the main training center for the dictatorial regime, established in Brazil, post-1964, in its courses for civilians and military, aspects related to the gestation of a appropriate censorship to Brazil, at a time when the mass media are expanding, reaching new audiences and age groups. It analyzes the way in which this censorship is thought, in view of the concern with the moral and defense of what would be the "good habits", within a project marked by the idea of national security.

Keywords: media; censorship; moral; Civil-military dictatorship

[1] Professora Dra. do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará.

A ditadura civil-militar, implantada no Brasil em 1964, tem características de guerra. Baseado na Doutrina de Segurança Nacional, o regime combate o inimigo interno, identificado com setores da oposição, passíveis de infiltração pela ação comunista, direta ou indiretamente. Incluíam-se, na lista, estudantes, sindicalistas, intelectuais, movimentos sociais e os que pudessem provocar antagonismos e pressões de desestabilização da ordem.

A segurança interna tinha-se como missão comparável à defesa do País, diante de ameaça de invasão de exército estrangeiro, e caberia ao Estado de Segurança Nacional determinar, em última instância, quem era o inimigo e que atividades constituíam ameaças. A Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, no âmbito da Guerra Fria e ligada ao Ministério da Defesa, tornou-se durante a ditadura pós-1964, o principal centro de elaboração e disseminação de um pensamento acerca da segurança nacional e das formas de combater ameaças ao projeto implementado numa parceria entre militares e civis.

Seus criadores tiveram como objetivo, desde o início, o reforço de sua posição no aparelho de Estado, por meio da realização de estudos sigilosos e circunscritos a grupos pequenos, além de almejar a mobilização política das elites. Não se preocupava, no entanto, apenas com a formação de altos oficiais, incluindo civis em seu quadro permanente como professores ou convidados, alunos, conferencistas. Entre 1950 e 1967, 50% de seus alunos eram civis, vários ocuparam postos importantes no regime em instituições políticas e econômicas brasileiras. O primeiro presidente do regime, marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, foi um dos grandes expoentes da Escola.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pela ESG, pode ser analisada a partir de um pensamento sistematizado em textos cujo principal é o Manual da Escola Superior de Guerra, publicado em 1975 e reeditado com reformulações, periodicamente, até 2009, além de artigos publicados na revista *A Defesa Nacional* e do pensamento sistematizado de alguns dos seus principais ideólogos como os generais Golbery do Couto e Silva e Moacir Araújo Lopes, integrantes da rede civil-militar que institucionalizou e disseminou a DSN através da realização de conferências, seminários, debates e cursos por todo o país.

Os manuais da ESG e suas publicações complementares, destinadas a alunos de seus cursos são lugares de referência para a apreensão da DSN e fornecem elementos para pensar o lugar a comunicação social e/ou de massa tem na elaboração e reelaboração do projeto de Segurança Nacional durante o regime civil-militar e de como estas preocupações foram sendo transformadas com o tempo, a partir de novas demandas e mudanças sociais.

De acordo com o Manual Básico da Escola Superior de Guerra, seria necessário conhecer traços e padrões culturais, a fim de que através da comunicação social se conseguisse de maneira eficaz desencadear mensagens que conscientizassem sobre a importância das necessidades da nação. A comunicação social é vista como responsável, em grande medida, por processos como interação social, formação da opinião pública, do Moral Nacional e pela valorização do ócio e do lazer, Mas, essa temática, tampouco, era motivo de interesse apenas para o regime ditatorial. .

Os media passam a fazer parte das preocupações de várias instituições como a Igreja Católica, por exemplo, valorizada em sua tarefa de recuperar valores numa sociedade em crise. O papado publicizou suas posições e diretrizes sobre o bom uso da cinematografia, rádio e televisão, instruindo, em meados dos anos 1960, espectadores, produtores, autores, pais, pastores e autoridades a defenderem as leis morais na produção artística e de informação via meios de comunicação a fim de se proteger públicos considerados vulneráveis como jovens e mulheres.

> Finalmente, este poder público que legitimamente trabalha para o bem dos cidadãos, tem o dever de procurar justa e zelosamente, mediante a oportuna promulgação e diligente execução das leis, que não se cause dano aos costumes e ao progresso da sociedade através do mau uso dêstes meios de comunicação. Essa cuidadosa vigilância, de modo algum restringe a liberdade individual e social, sobretudo se faltam as devidas precauções por parte daqueles que por motivo de seu ofício manejam tais instrumentos. Tenham-se um especial cuidado na defesa dos jovens contra a imprensa e os espetáculos que possam ser nocivos à sua idade.[2]

Os estudos acadêmicos também não se furtaram ao debate[3]. A partir dos anos 1960, uma série de estudos no âmbito da Sociologia, Psicologia Social e propaganda política foram publicizados e tinham como objetivo a investigação empírica acerca dos efeitos dos media. Esses estudos, iniciados ainda nos anos 1930, estavam primeiramente preocupados com a influência do cinema nas crianças e nos jovens. Utilizar o cinema e outros meios para a persuasão ou informações planificadas estava entre os objetivos das pesquisas. Não tardou para que preocupações semelhantes se estendessem à tevê, considerada um novo meio com mais poder de atração que os seus antecessores e com grandes implicações para a vida social.

Estudavam-se as correlações entre o grau de exposição aos estímulos dos media e mediam-se variações em mudanças de comportamento, atitudes, opiniões, avaliando numerosas variáveis. Os estudiosos, muitos deles motivados pelas avaliações de campanhas eleitorais, interessavam-se por aferir não só as decorrências diretas da tevê, algo que caracterizará o primeiro momento dos estudos sobre efeitos dos mass media, mas, agora, também as mudanças

[2] INTER MIRIFICA. São Paulo, 1965, Editora Vozes, p.11-12. No encerramento da segunda sessão do Concílio Vaticano II, em 04 de dezembro de 1963, a Igreja Católica através do Papa Paulo VI aprovou Decreto Inter Mirifica sobre os Meios de Comunicação Social: imprensa, Cinema, Rádio, televisão e demais. Já em 1957, o Papa Pio XII havia lançado a Carta Encíclica Miranda Prorsus, sobre cinematografia, rádio e televisão.
[3] Sobre essas teorias e correntes teórico-metodológicas de estudos dos media, ver DeFLEUR, Melvin L.;BALL-ROKEACH (1993).

de longa duração, os fenômenos coletivos como climas de opinião, estrutura de crenças, ideologias, padrões culturais e as formas institucionais de produção midiática.

Entrecruzavam-se essas informações como dados sobre o contexto, disposição e motivação do público. Interessavam-se também pela forma como as organizações midiáticas processavam os conteúdos antes de distribuí-las às audiências. O surgimento e popularização de pensamento político de esquerda, nos anos 1960, reunidos no movimento conhecido por Nova Esquerda, também incrementou o debate sobre os media como instrumentos poderosos de legitimação e controle por parte dos Estados capitalistas ou burocráticos.

Nesse contexto, a relação com os meios de comunicação, tampouco, dá-se de forma simples. Há uma preocupação e entendimento da importância assumida pelos meios de comunicação social. Entre 1964 e 1975, o governo ditatorial investe em condições de infraestrutura e telecomunicações que permitiriam a disseminação de uma indústria cultural, através de avanços tecnológicos sem precedentes. Foi criada a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), em 1965, responsável pelo Sistema Nacional de Telecomunicações, que permitiu maior agilidade e segurança na troca de dados. Também em 1965, o Brasil passou a fazer parte da International Telecommunications Satellite Consortium (Intelsat), consórcio internacional para uso de sistema comercial de telecomunicações, por satélite, permitindo as primeiras comunicações, nesse formato, a partir da década de 1960. A partir de 1975, ocorre grande crescimento da infraestrutura de radiodifusão, especialmente da tevê.

É especialmente nos anos de 1970 que a televisão passa a se estruturar de forma mais evidente, como meio de comunicação, com captação de mais verba publicitária, em relação aos meios anteriores, como o rádio, e maior presença no cotidiano das pessoas. Enquanto em 1960, havia somente 4,46% das residências brasileiras que possuíam televisão, esse número cresce para 24,11% ,em 1970, e para 56,1% em 1980. O potencial de audiência, no entanto, segundo Vieira (2016) deve ser repensado, uma vez que a prática de assistir televisão era constituída de forma comunitária, pelos chamados televizinhos e pela presença de aparelhos de tevê nas praças por todo o país. A televisão tornou-se o meio por excelência de divulgação de bens de consumo voltados para a classe média, incluindo os próprios aparelhos de tevê.

Para o regime em consolidação, as características possibilitadas por este meio de comunicação possibilitavam experiências úteis como mascarar o isolamento das pessoa, com o sentimento de construção de outro tipo de proximidade, ajudando a produzir noção de consenso numa sociedade que vivia de maneira dispersa e atomizada, espalhada por um território imenso e

sem integração completa. A tevê passou a representar, ainda, a modernidade para o Brasil, símbolo de entusiasmo e euforia em relação ao futuro mobilizado dentro do projeto de "milagre econômico", série de medidas políticas, sociais e econômicas adotadas pelo regime civil-militar, com o objetivo de transformar o país em uma potência regional com grande desenvolvimento agrícola e industrial. Os marcos de avanços e expansão tecnológica da tevê passaram a ser comemorados e narrados como avanços do próprio regime, dentro de seu projeto de modernização conservadora[4] .

Mas o Estado, que incentivava e promovia as condições estruturais para expansão e consolidação da televisão em todo o território nacional, também exercia o controle sobre os conteúdos e formas de expressão por meio de constituição de um importante aparato de censura, ligado ao Ministério da Justiça, intensificado com a promulgação da Constituição de 1967, que expandiu a competência da União para censurar, além de filmes e peças teatrais, também programas de rádio e tevê, imprensa periódica e letras de música. À Divisão de Censura de Diversões Públicas, do Ministério da Justiça, coube o papel de estabelecer as condições de apreciação, liberação e veto de obras artísticas, tarefa exercida durante os 21 anos de ditadura, embora esta ação tenha superado o ano de 1985.

O controle sobre os meios de comunicação coaduna com os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, condensada no Manual Básico da Escola Superior de Guerra (ESG), sendo instrumento importante para a legitimidade do regime. Segundo Rezende,

> A pretensão de legitimidade do regime militar somente pode ser compreendida tendo em vista a atuação do seu grupo de poder para instaurar um processo social no qual se visava criar condições para potencializar os valores tidos pela ditadura como essenciais e mantenedores da sociedade brasileira. O regime em vigor pretendia, assim, a partir e através desses valores, atuar no sentido de construção de uma ordem social na qual aqueles valores deveriam ganhar proeminência absoluta (REZENDE, 2001, p. 40).

Os estudos sobre censura, no entanto, mostram que esse processo não se deu de forma homogênea, uma vez que a própria ditadura teria sido fruto de um acordo momentâneo de grupos heterogêneos, na forma de coalizão ampla de forças políticas e econômicas, que pressionaram de forma também múltipla a malha institucional, incluindo as ações censórias. Os receios relacionados à tevê, como novo aparato tecnológico e como possibilidade de experiência diante do mundo, fundaram a preocupação censória, mas tinham amplo alcance e se expressavam de forma diversa e contraditória, sofrendo a censura pressões variadas e antagônicas, expressos na

[4] MOTTA (2014) alerta para as contradições a paradoxos presentes no projeto de poder da ditadura civil-militar. Por um lado havia o desejo modernizador que impulsionava o desenvolvimento econômico e tecnológico, proporcionando contatos com o exterior e a mobilidade das pessoas, a expansão industrial e a mecanização agrícola. Por outro lado, o impulso conservador ligava-se à vontade de preservar a ordem social e valores tradicionais, o que se configurava no combate às ideias revolucionárias e a todo comportamento considerado desviante.

formatação de leis, nas relações estabelecidas com produtores, artistas, empresários da comunicação, movimentos de oposição e nas formas diversificadas de analisar e liberar ou vetar obras produzidas para a veiculação televisiva.

Os escritos da ESG

A Escola Superior de Guerra ampliou, ao longo dos anos do regime militar, sua missão de planejar a Segurança Nacional para formular e planejar a política de segurança e desenvolvimento. De acordo com Arruda (1980), ex-professor da ESG e autor da história oficial da Escola, a Doutrina da ESG baseava-se em ensinamentos consagrados das Ciências Sociais, corporificando-se através de "livre debate" e aproveitamento das experiências dos alunos. Prefeririam, assim, trabalhar mais com conceitos que com definições, evitando assim os "dogmas". Essa concepção registrada na construção da memória da Escola está para além do jogo de palavras, se nos debruçamos sobre as formas pelas quais temas e problemas abordados por professores e alunos da ESG vão se transformando, ao longo do tempo, e podem variar de acordo com necessidades e novas compreensões do presente. A análise de conjuntura fazia parte da elaboração das discussões e textos dos estagiários.

Para compreender as transformações no conjunto de escritos preservados e analisados no acervo documental da ESG, nos dias de hoje, é importante conhecer um pouco o método de estudos e elaboração de trabalho que resultava na formação dos egressos. De acordo com Arruda, o Método de Trabalho da ESG baseia-se na tentativa não de resolver os problemas nacionais, mas de "ensaiar método para o equacionamento desses problemas através da análise e da interpretação dos fatores de toda ordem que os condicionam", por meio da Didática de nível superior e da Lógica Formal, com estudos sócio-individualizados.

Dessa forma, os estudos da ESG seguem um método composto pela realização de conferências e palestras. No primeiro caso, trata-se de exposição formal sobre um tema que fornecerá dados que poderão ser utilizados em outras atividades durante o período letivo. Geralmente, era proferida por especialista no assunto a convite da ESG. No segundo caso, a exposição era menos formal e proferida, geralmente, por membros do corpo permanente da Escola, em equipe.

Após as conferências e palestras, eram realizados debates para complementar as informações dadas durante a exposição com fins de realização do trabalho pela equipe de alunos. O debate que, inicialmente, era feito de forma livre pelos alunos ao expositor, passou a seguir regras como inscrição realizada para elaborar perguntas e obter respostas, sendo que a cada aluno

só era permitido realizar uma pergunta, exceto se houvesse permissão do convidado e por um tempo máximo de cinco minutos. Era vedado ao debatedor "apontar falhas na exposição ou fazer referências desairosas a quem quer que seja" sob pena de ter a palavra cassada por um "controlador de debates".

Após os debates e conferências, os alunos eram divididos em grupos e, sob a coordenação de um dirigente, designado pelo Departamento de Estudos da ESG, e com assistência de um elemento do corpo permanente, os alunos desenvolviam trabalhos em equipe, utilizando-se para isso dos textos básicos da Escola, mas também recorrendo à bibliografia indicada em ficha de orientação. Este elemento é interessante para a análise dos escritos examinados aqui, uma vez que é possível conhecer as interações com diversas áreas do conhecimento e autores referências indicados pela Escola, especialmente através de sua biblioteca.

É possível, ainda, perceber que os alunos não tinham grande margem de liberdade para a elaboração de seus textos, uma vez que a argumentação partia de textos base a partir da DSN, de debates controlados pelo corpo docente e a partir do acompanhamento permanente de tutores desses estagiários. Tratava-se, afinal, de aprender uma Doutrina, o que não excluiu a realização de leituras a partir de bibliografia atualizada para aquele momento, como podemos constatar examinando vários trabalhos individuais ou em grupo.

Entre os trabalhos de equipe havia a discussão dirigida, precedida de palestra de orientação com duração de 15 a 30 minutos, e com tópicos motivacionais descritos em Folha de Orientação. Não se exigia que os alunos da mesma equipe tivessem de chegar a um consenso, pois o objetivo seria "levantar ideias para melhor entendimento do tema proposto". Os alunos elaboravam, ainda, simpósios e trabalho de grupo. O primeiro tinha como objetivo aprofundar aspectos da Doutrina de Segurança Nacional e do método da ESG e, o segundo, a solução de um problema ou a formação de um juízo de valor sobre determinado assunto.

Para a constituição destas duas últimas modalidades de trabalho, a equipe deveria passar por fase preliminar ou preparatória, pesquisas, discussão, elaboração e apresentação de um relatório. Esse tipo de escrito também é interessante, para o que nos interessa, tendo em vista que os alunos são preparados para não só debater e aprofundar um tema, mas apontar possíveis caminhos para sua resolução, com sugestões de encaminhamentos junto a órgãos competentes, elaboração de políticas públicas, sendo possível dimensionar como alunos militares e civis elaboravam desafios para várias áreas da vida social e do desenvolvimento do país.

Outra modalidade para o desenvolvimento e discussão de um tema com fins de elaboração de propostas e soluções para um problema dado era o Trabalho Especial (TE). Este,

inicialmente, era elaborado de forma individual no estilo monográfico, a partir de temas distribuídos pelo Departamento de Estudos, a cada estagiário. Os textos elaborados serviriam de subsídio para o planejamento[5]. A partir de 1973, de acordo com Arruda, o TE passou a ser elaborado por três estagiários para cada tema. Cada aluno elaborava sua monografia e os três elaboravam um relatório resumido sobre o tema distribuído. Em 1978, os trabalhos voltaram a ser individuais.

Essa contextualização é sobremaneira importante para esta análise, levando-se em conta que a maior parte dos documentos analisados para esse artigo sobre a temática dos meios de comunicação e censura é formada por TEs arquivados e disponibilizados pela Biblioteca General Cordeiro de Farias, da Escola Superior de Guerra, ainda hoje localizada na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. O local continua atendendo os matriculados nos cursos da ESG, atualmente, e funciona como ponto de referência para a pesquisa sobre a Escola em tempos passados. Os títulos dos trabalhos disponibilizados ao público podem ser acessados pela Rede de Bibliotecas Integradas do Exército (Rede Bie) na internet.

Censura e meios de comunicação

Foi justamente a partir do acervo da Biblioteca na Rede Bie que a pesquisa sobre escritos produzidos na ESG sobre censura aos meios de comunicação se deu. Os registros encontrados estendem-se a partir do ano de 1968 até 1985, ano final de nosso recorte. Importante salientar a possibilidade de que nem todos os trabalhos tenham sido disponibilizados na Rede, tendo em vista o caráter de sigilo de alguns estudos produzidos a partir do signo da segurança nacional. Além de trabalhos individuais de alunos, podemos encontrar os TEs, realizados em grupo, apostilas de cursos sobre a temática assinados por professores da ESG e ainda palestras transcritas de convidados pela Escola para tratar do tema.

A data de início para o aparecimento do tema como tópico explorado pela ESG, nos cursos de formação de seus estagiários, coincide com o período de centralização e racionalização da censura por parte do regime ditatorial. Em 16 de novembro de 1964, foi publicada a Lei 4.483 que reorganizou o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). Esta preconizava que seria de competência da DFSP, por meio do Serviço de Censura a Diversões Públicas (SCDP), a censura a filmes cinematográficos que transpusessem o âmbito de um Estado.

[5] Os textos elaborados pelos estagiários da ESG visavam o planejamento como atividade permanente e continuada que se desenvolve de modo ordenado e racional, tornando sistemático um processo de tomada de decisões na solução de um problema dado. Os textos tinham de dar subsídios para responder às seguintes questões: que fazer, como fazer, quando fazer, onde fazer, com que meios fazer, para que fazer. Ver ARRUDA (1980, p. 111).

A partir de 1965, a SCDP passou a coordenar em todo o território nacional, sob aspectos doutrinários e normativos, as atividades da Censura Federal, por meio do decreto 56.510, de 28 de junho. Com a Constituição de 1967, foi garantida a competência da União para realizar a censura às diversões públicas. De acordo com Vieira, a Constituição, aliada à Lei de Segurança Nacional, de 13 de março de 1967, que definia os crimes contra a segurança nacional foram "pedras angulares na institucionalização da DSN na estrutura estatal. Isso se deu porque ambas transformaram a preocupação da Segurança Nacional como concebida pela ESG em uma das preocupações centrais do Estado e da formulação de suas políticas" (VIEIRA, 2016, p. 70).

O primeiro trabalho encontrado na pesquisa da Rede Bie é a monografia do estagiário Felipe Augusto de Miranda Rosa, aluno do Curso Superior de Guerra e sobre o qual não são fornecidas informações no corpo do trabalho[6]. Intitula-se *Análise do Fundamento Jurídico do Direito de Censura no Brasil: com apreciação dos problemas conjunturais relativos à sua aplicação e caracterizadas suas vinculações com a segurança nacional*. Finalizado em 23 de agosto de 1968 e encaminhado para a leitura e parecer em setembro do mesmo ano, de acordo com anotações na capa e ao final do trabalho, o texto demonstra uma preocupação em fundamentar o que seriam diretrizes jurídicas que fundamentassem a prática de censura, algo relevante num momento em que o conceito de Segurança Nacional, estabelecido pela recém-aprovada Constituição, é alargado para a ameaça de fronteiras ideológicas e não somente territoriais.

O texto é organizado em quatro capítulos que se dispõe a discutir a o direito de opinião e liberdade de pensamento, assim como os abusos dessa liberdade e as prerrogativas do Estado para coibi-lo. A argumentação desenvolvida apega-se ao pressuposto de que a liberdade de opinião e expressão é algo inerente à vida humana e à formação da personalidade, mas que não pode existir em caráter absoluto, uma vez que pode chegar ao âmbito social através de variados meios. O Estado, desta forma, estaria autorizado a agir por meio de seu poder de polícia, de maneira preventiva ou repressiva quando se fizesse necessário.

A monografia faz apanhados sobre as constituições brasileiras em comparação com cartas de outros países, a censura às liberdades de opinião é considerada um caminho natural, diante de sociedades que se tornaram mais complexas. Há também uma tentativa de diferenciar formas de expressão que poderiam ser garantidas e eram, pelas constituições, e outras passíveis de censura de forma generalizada. A imprensa, por exemplo, em variadas cartas magnas, seria liberada e não deveria sofrer censuras em princípio, o mesmo não acontecendo para espetáculos públicos,

[6] Em alguns trabalhos os estagiários têm suas funções civis ou militares expressas. No primeiro caso, com o detalhamento da profissão exercida.

no entanto, capazes de mobilizar outros tipos de sentimentos. O teatro, na Grécia antiga, e as limitações opostas por alguns governantes, quanto a temas possíveis de serem explorados, foi utilizado como forma de reafirmar a naturalidade da ideia.

> Essa enorme força do teatro, como capaz de influir na vida social e de servir de instrumento poderosíssimo, fora sentido pelos gregos clássicos. A tal ponto que, ironicamente, Platão falou de uma “teatrocracia”, referindo-se à influência que os comediantes de seu tempo exerciam, pela representação teatral, sobre as pessoas que governavam Atenas. Por êsso mesmo, depois de larga fase em que isso foi observado sem intervenções, Menandro afastou o teatro ateniense dos temas políticos. É a primeira manifestação conhecida de exercício de censura teatral na História do Ocidente (BRASIL, 1968, p. 9).

Fiel ao preconizado pela Doutrina de Segurança Nacional, elaborada e atualizada pela ESG, o estudo preocupa-se em perceber a construção de discussões e ações sobre determinado tema a partir das mudanças de conjuntura. É bastante comum encontrar modificações naquilo que é sugerido como forma de atuação do Estado nos escritos da ESG ao longo do tempo.

O acirramento entre as disputas entre os blocos socialista e capitalista, característicos da Guerra Fria, e as transformações na forma de acessar notícias e diversão via meios de comunicação audiovisuais deveriam trazer novas preocupações e formas de agir por parte dos comandos de Estados dos países “subdesenvolvidos”, como era o caso do Brasil, sob pena de alterações nos modos de comportamento e atitudes da sociedade.

A partilha de leituras e argumentos comuns a outros setores como a Sociologia e a comunicação social são evidentes, embora as apropriações sejam balizadas pelos interesses em garantir a segurança nacional ameaçada, agora, não apenas pelos inimigos físicos, mas “ideológicos”. Os meios de comunicação, em sua capacidade de transmitir informações por imagens e sons, via satélite, reconfiguravam as preocupações geopolíticas.

> É mister não perder de vista o que McLuhan quis dizer, ao afirmar que o mundo está se tornando uma grande aldeia. De fato, as coisas não ocorrem mais como antes, os lugares longínquos, ou que sentimos como longínquos, diante dos modernos meios de comunicação, da celeridade com que circulam as notícias e informações, do acesso quase instantâneo às notícias vindas de todas as partes do planeta, do crescente grau de participação de todos, nos acontecimentos de todos os tipos e em todas as regiões numa escala planetária, o grau de consciência individual de tais fatos, é agora muito elevado. E, com isso, a influência recíproca das realidades nacionais diversas, dos costumes, atitudes, dos problemas constatados ou declarados, é sempre crescente. A “circunstância” do homem, na expressão de Ortega y Gasset ampliou-se; não é mais o seu pequeno mundo local, mas sim todo o planeta. (... As questões referentes aos costumes, sobretudo, vão perdendo irremediavelmente seu caráter local. Existe uma tendência clara para uma certa uniformização dos estilos de vida, sob o influxo do prestígio das formas adotadas pelos países tidos como líderes; e os problemas ou as modas ou as ... [trecho ilegível] de opinião e de comportamento que neles se manifestam, logo refletem nas demais sociedades, sob sua influência (BRASIL, 1968, p. 17-18).

Há um aspecto que chama a atenção, uma vez que não coaduna com as práticas censórias praticadas no período pelo regime, já que que sabemos da existência, já naquele período, da censura prévia à imprensa, inclusive com a presença de censores cotidianamente em muitos jornais e revistas, além do "empastelamento" ou recolhimento de várias publicações para que não chegassem às bancas.

O texto do estagiário, no entanto, pondera acerca da importância de evitar uma censura sistemática à imprensa e a partir do que seriam divergências, apenas políticas, consideradas naturais e esperadas em qualquer regime. O governo ou dirigentes que a praticassem, nessa modalidade, correriam o risco de irritar o público e provocar ainda mais resistência e desejo de expressão acerca do tema vetado. Ou o que seria pior, poderia alimentar um clima de desconfiança acerca do governo e sua transparência na forma de agir. A censura proibitiva, de caráter geral, poderia ser, dessa forma "ineficiente e danosa ao interesse público" (BRASIL, 1968, p. 24).

O texto apoia, no entanto, uma medida em estudo no período especialmente com relação às diversões públicas e que diz respeito aos espetáculos e diversões públicas onde estariam enquadradas obras cinematográficas, teatrais e, depreende-se, televisivas, embora esse aspecto não fique totalmente claro. Trata-se da classificação etária. Nesse aspecto, o texto monográfico reflete a preocupação presente no momento com alguns públicos considerados vulneráveis pela Doutrina de Segurança Nacional, manifestada nas preocupações em torno dos elementos psicossociais da DSN.

A juventude brasileira, por exemplo, que já carregaria características esperadas dessa faixa etária, como o "inconformismo" e a "rebeldia" teria um catalisador a mais para essas ações: a informação. Há uma clara preocupação, nesse sentido, com as notícias sobre movimentos juvenis em outros países, mas especialmente com os modelos importados de obras artísticas que fossem capazes de promover mudanças nos hábitos e costumes morais, concretamente ameaçados pelos conteúdos veiculados via rádio e televisão, poderosos meios de comunicação num país ainda tão pouco letrado.

> A censura do rádio e da televisão, porém, tem um outro aspecto de grande importância educacional e social. É no que toca à polícia de costumes, pois a penetração dos programas radiofônicos e televisionados nas residências, faz com que seja de evidente interesse público evitar que, em tais programas, se inclua apresentações danosas aos chamados bons costumes, que representam a moralidade mínima da grande maioria da população. Sob esse aspecto, os mecanismos de censura radiofônica e televisiva tem (trecho ilegível) importante. E poderão fazê-lo ainda mais, se mais inteligentes e racionais forem os métodos de fiscalização estatal à sua atividade (BRASIL, 1968, p. 17-23).

A classificação etária protegeria os jovens, pelo menos os menores de 18 anos, e deveria ser feita, de acordo com o texto, com o auxílio de sociólogos e psicólogos que teriam de dominar a formulação prática das normas. No entanto, a medida careceria de um complemento no que toca aos públicos de faixas etárias mais avançadas, sob pena de poderem ser agredidos em sua moral, mesmo estando teoricamente liberados para a exposição pelo aparato censório, o que coadunaria também com o aspecto das liberdades individuais.

> O que falta no critério meramente classificatório, entretanto, é um elemento que nos parece fundamental numa sociedade democrática, em defesa de liberdade individual, já agora, não do exibidor, do ator, do autor, do encenador, do diretor de espetáculo, mas sim, do espectador. Este deve ter assegurado o seu direito a que não o iludam, nem o obriguem a assistir a espetáculos que, se êle estivesse corretamente informado, não gostaria de assistir. Assim, a uma pessoa de profundas convicções religiosas, é chocante, por vêzes assistir a uma representação teatral em que se ridiculariza instituições e ritos de sua religião; a essa mesma pessoa, geralmente, desagradável será assistir a um espetáculo em que se (trecho ilegível) palavras de baixo calão, ou cenas de erotismo cru; e assim por diante. O espectador tem o direito de saber, previamente, que espécie de espetáculo lhe será oferecido. E essa informação não pode, por motivos óbvios ser deixada por conta dos promotores do espetáculo.
> Logo cabe ao poder público prestá-la, no interesse público. Às autoridades do Estado compete examinar o espetáculo que será encenado, ou exibido, censurando-o para o fim de, mediante certos recursos de ordem prática, orientar o público espectador sobre qual a natureza e as características marcantes do espetáculo, aquilo que possa envolver os inconvenientes apontados. Só assim estará a liberdade do espectador assegurada pelo Estado. E só assim estará este cumprindo sua missão de zelar pela ordem, pela paz, pela harmonia e pela liberdade, sem invasão descabida das áreas protegidas pelo direito de opinião e de livre manifestação do pensamento" (BRASIL, 1968, p. 26-27).

O autor segue a proposta dos Trabalhos de Turma da ESG de propor ações ou soluções para o problema estudado, detalhando as formas pelas quais a garantia de informação dos espectadores poderia ser feita, a fim de garantir sua liberdade de escolha diante dos espetáculos em exibição e evitando o que seriam abusos na ação censória:

> A inclusão obrigatória, nos anúncios do espetáculo, em cartazes ao lado da bilheteria e da entrada do público, das indicações necessárias poderia realizar esse objetivo, sem que se possa ver nisso uma intervenção indevida do Estado na liberdade de consciência e na criação artística. E dará o tom frio, tranquilo (trecho ilegível), ao exercício do poder de polícia do Estado nesse setor. (...) Bastará, por exemplo, afirmar: "Este espetáculo contém situações em que são feitas alusões desfavoráveis à Igreja; 18 palavras comumente consideradas de baixo-calão; e uma cena em que é representada a prática sexual". O candidato a espectador entrará, se quiser, no teatro (Brasil, 1968, p .26-27).

Os direitos do espectador são novamente abordados em Trabalho de Turma, produzido de forma coletiva pelos alunos da turma M, do Curso Superior de Guerra, em 1973. Instigados a pensar sobre *A Censura como Instrumento de Preservação do Poder Nacional*, os estagiários enfatizam, de forma mais clara a necessidade da censura diante da complexidade dos novos meios de comunicação, em processo de massificação no país, em especial a televisão. A necessidade de intervenção do Estado coloca-se como esperada diante da impossibilidade do

homem comum em controlar os conteúdos que entram de "assalto" em sua casa pela imprensa, rádio e televisão e que podem violenta-lo e às normas domésticas e diretrizes traçadas para sua família e para a criação dos seus filhos.

A ênfase na defesa moral da juventude é, mais uma vez, o argumento utilizado para a justificativa à censura naquele momento histórico como uma forma de "higiene social". As ameaças a este estrato social são tipificadas e coadunam com as justificativas para vetos em processos de censura a programas televisivos examinados por outros trabalhos sobre a censura no Brasil[7].

> A censura, esse conjunto de normas disciplinadoras, tem por objetivo imediato a defesa da saúde física e mental dos jovens e adolescentes e se propõe a eliminar das comunicações sociais que lhe são dirigidas às incitações à delinquência, à sexualidade, enfim, aos temas anti-culturais, devido à influência deletéria que exercem sobre os espíritos em formação da juventude. A censura incide, principalmente, sobre a faixa etária que vai até os 18 anos de idade. É a censura que poderíamos chamar de preventiva, a fim de preservar os valores autênticos da família cristã e da sociedade democrática. É, nesse sentido, um instrumento do poder público para a proteção do menor e se transforma, por isso, num dos deveres de Estado para com a sociedade (BRASIL, 1973, p. 2).

A argumentação do texto inicial, escrito por Hélio Scarabotôlo, defende a censura, mas não feita de qualquer forma. Aliás, ressalta, em sociedades consideradas "mais adiantadas", não há necessidade de censura, ou de que ela seja feita de forma sistemática, porque as instituições e os veículos de comunicação já exercem a autocensura em nome da um consenso mais ou menos estabelecido em torno de conceitos considerados "correto", "incorreto, "justo", "injusto, "moral", "imoral". Em outros trechos do trabalho coletivo essa ideia é desenvolvida e fala-se em "educar os jornalistas" e em promover a "cultura geral". Esse não era o caso do Brasil, segundo o texto, que além de ser uma nação em desenvolvimento, estava sofrendo a "invasão" de "livros, filmes, peças de teatro e sex-shops de cunho nitidamente pornográfico e obsceno" (BRASIL, 1973, p.2).

A censura, no entendimento de um dos autores, Hélio Scarabotôlo, poderia contribuir com o Poder Nacional[8], uma vez que sua função não seria apenas a proibição, mas "neutralizar os antagonismos", estimulando os meios de comunicação na produção e promoção de conteúdos com conotações "dignificantes, exemplares e positivas". O trabalho estabelece, assim, listas de temas a serem incentivados na produção dos meios de comunicação de massa, nos quais estão incluídos a imprensa, o rádio, o cinema, a TV e o teatro. São eles: "incentivo ao estudo, integração familiar, disciplina pessoal, respeito aos mais velhos, obediência às leis e às

---

[7] Ver VIEIRA (2016) e SILVA (2016).

[8] O conceito de Poder Nacional utilizado na Doutrina de Segurança Nacional, no período considerado, foi o formulado pelo general Juarez Távora, em 1953, e dizia respeito à "expressão integrada dos meios de toda a ordem de que a nação efetivamente dispõe, no momento considerado, para promover, no campo internacional e no âmbito interno, a consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais, a despeito de antagonismos existentes" (ARRUDA, 1980, p.31-32).

autoridades, solidariedade humana, amor à pátria, dedicação ao trabalho, cultivo da verdade, humildade diante da vitória, compreensão diante das decepções" (BRASIL, 1973, p. 4).

Haveria, portanto, no entendimento dos autores, a partir dos debates realizados na Escola Superior de Guerra, uma censura adequada ao Brasil. Essa escolha, ou melhor dizendo, essa construção, teria balizas geopolíticas, uma vez que se aproximaria do adotado pelas chamadas "democracias modernas" alinhadas ao bloco liderado pelos Estados Unidos na Guerra Fria.

Há uma nítida tentativa de afastar-se do que seria uma censura total como a que seria promovida pelo bloco comunista, em relação às liberdades de opinião e expressão, consideradas exageradas e abusivas, coisas de "ditadura", mas tampouco acreditava-se que instrumentos considerados mais simples como a classificação etária resolveriam nosso problema, uma vez que não estaríamos preparados para proceder enquanto sociedade, com discernimento, estando longe de grandes consensos ou pactos. Faltava para isso educação ao povo e de seus produtores culturais. Fala-se de valores compartilhados por grande parte da população, mas seria necessário estabelecer normas mais nítidas, decidir formas de censura para cada meio de comunicação em particular. A influência dos meios é pressuposta, mas ainda pouco explorada em suas especificidades nos textos nesse momento. Havia uma certeza, no entanto que poderá ser encontrada ao longo de toda a década de 1970 e 1980 (período de estruturação efetiva do aparato censório no Brasil) nos textos produzidos sobre o tema na ESG. A censura seria feita num contínuo jogo de tolher e estimular assuntos e abordagens.

> O Estado terá de proibir propaganda de guerra, de subversão da ordem pública ou de preconceitos de raça ou de classe. Do mesmo modo, não poderá tolerar, até mesmo pela imprensa, pornografia, obscenidade, incitamento aos vícios, aos tóxicos, às perversões sexuais. Com isto, estará defendendo a população daquelas agressões ostensivas, que fogem à ética e afetam os bons costumes e a integridade física e mental dos cidadãos (BRASIL, 1973, p. 6).

Vê-se que na lista negra das proibições, os ataques à "moral e aos bons costumes" seriam partes constituintes da temida "ameaça subversiva" ou "guerra ideológica" ao lado de conflitos que pudessem romper com um discurso propagado de nação harmônica e ordeira.

Os escritos da ESG, principal centro formador de lideranças, para a ditadura estabelecida em 1964, sejam eles civis ou militares, cruzam-se com uma série de outros discursos que marcam não apenas a elaboração de normas, mas a execução de ações efetivas no campo das políticas públicas e da produção cultural, durante o regime civil-militar, o que desconstrói, ou deveria desconstruir, para os historiadores e outros estudiosos do período, a ideia de que é possível falar de maneira tão segura e definitiva de uma censura política e de outra censura de caráter moral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Antônio de. *ESG* – História de sua doutrina. São Paulo: GRD: Brasília: INL, 1980.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. *Análise do Fundamento Jurídico do Direito de Censura no Brasil*: com apreciação dos problemas conjunturais relativos à sua aplicação e caracterizadas suas vinculações com a segurança nacional, [?]: [?], 1968.

______. *A Censura como Instrumento de Preservação do Poder Nacional*. [?]: [?], 1973.

DeFLEUR, Melvin L.; BALL-ROKEACH, Sandra. *Teorias da Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

VIEIRA, Rafael de Farias. *Quando a babá eletrônica encontrou a integração nacional ou uma história da censura televisiva durante a ditadura militar (1964-1988)*. Dissertação. Programa de Pós Graduação em História, UFC, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS, Daniel Aarão et al. *A ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.49

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil*: repressão e pretensão de legitimidade.Londrina: Editora Uel, 2001, p.40.

SILVA, Thiago de Sales. *“Espetáculo inconveniente para qualquer horário”:* a censura e a recepção das telenovelas na ditadura militar brasileira (1970-1980). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História, UFC, 2016.